

Sumário

Thiago Luis Carballo Elias

1. NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	1
1.1. Conceito	1
1.2. Jurisdição ou contrato	3
1.3. Consequências	7
1.4. Referências.....	10

Mariana Cattel Gomes Alves e Adriane Nakagawa Baptista

2. ARBITRAGEM INSTITUCIONAL OU <i>AD HOC</i>	11
2.1. Introdução.....	11
2.2. Breves considerações sobre a arbitragem institucional e a <i>ad hoc</i>	12
2.2.1. Arbitragem institucional.....	12
2.2.2. Arbitragem <i>ad hoc</i>	15
2.3. Liberdade conferida às partes pela Lei de Arbitragem	17
2.4. Elementos a serem sopesados na escolha de uma das formas de operacionalização da arbitragem.....	19
2.5. Redação da cláusula compromissória	21
2.5.1. Arbitragem institucional.....	22
2.5.2. Arbitragem <i>ad hoc</i>	23
2.6. Considerações finais	25
2.7. Referências.....	26

Roberta Correa Gouveia

3. ASPECTOS RELEVANTES DA CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE	29
3.1. Introdução.....	29
3.2. Campo de aplicação.....	30
3.3. Principais contribuições da Convenção de Nova Iorque à arbitragem comercial.....	31
3.4. Possível atualização da Convenção de Nova Iorque	32
3.5. Considerações finais	34
3.6. Referências.....	35

Ana Gerdau de Borja

4. ALGUNS ASPECTOS DO PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO NA ARBITRAGEM	39
4.1. Introdução.....	39
4.2. O contraditório como limitação ao princípio <i>jura novit curia</i>	41
4.2.1. Ações anulatórias	41
4.2.2. Recusa de reconhecimento e execução.....	45
4.3. Considerações finais	46
4.4. Referências.....	47

Jonathan Barros Vita

5. ARBITRAGEM E SIGILO: ANÁLISE ESTRUTURAL E CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DE SUA QUEBRA	49
5.1. Introdução.....	49
5.2. Arbitragem, sigilo e teoria dos sistemas.....	50
5.3. As formas do sigilo arbitral.....	53
5.4. Definição denotativa de quebra de sigilo e situações limítrofes	56
5.4.1. Arbitragem, sigilo e direito processual civil	59
5.4.2. Arbitragem, sigilo e direito societário.....	60
5.4.3. Participação do poder público em arbitragem, sigilo e princípios	61
5.5. As consequências jurídicas das quebras do sigilo arbitral: danos punitivos e invalidade/nulidade do laudo arbitral.....	62
5.6. Considerações finais	66
5.7. Referências.....	67

xvi

Ana Luiza Baccarat da Motta Pinto

6. AS PROVAS E A SUA PRODUÇÃO NO PROCEDIMENTO ARBITRAL SOB O ENFOQUE DA PRÁTICA	69
6.1. Referências.....	76

Luis Fernando Guerrero

7. ÁRBITROS, JUÍZES E CONFLITOS DE COMPETÊNCIA	77
7.1. Introdução e objetivo	77

7.2. Breves considerações sobre o conflito de competência no direito brasileiro	78
7.3. Árbitros e juízes: conflito de competência qualificado	79
7.4. Árbitros: conflito de competência	84
7.5. Considerações finais	86
7.6. Referências.....	87

Katherine Spyrides

8. DA IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO ENTRE O PODER JUDICIÁRIO E O JUÍZO ARBITRAL PARA A EFETIVIDADE DA ARBITRAGEM	89
8.1. Do efetivo apoio do Poder Judiciário ao Juízo arbitral	91
8.1.1. Medidas urgentes incidentais ao procedimento arbitral.....	91
8.1.2. Medidas urgentes preparatórias ao procedimento arbitral.....	94
8.2. Da comunicação prática entre o Poder Judiciário e o Juízo Arbitral.....	99
8.2.1. Comunicação a ser estabelecida no caso de medidas urgentes incidentais concedidas pelo árbitro.....	99
8.2.2. Comunicação a ser estabelecida no caso de medidas preparatórias concedidas pelo Juízo estatal	102
8.3. Referências.....	105

xvii

Flávio Spaccaquerche Barbosa

9. A SENTENÇA ARBITRAL PARCIAL E O SEU CONTROLE JUDICIAL	107
9.1. Introdução.....	107
9.2. A sentença arbitral parcial no direito brasileiro: o fim do mito	109
9.3. O que são sentenças arbitrais parciais?.....	110
9.4. O controle judicial das sentenças parciais: ação de nulidade.....	112
9.5. Efeitos da ação anulatória de sentença parcial no procedimento arbitral em curso	116
9.6. Considerações finais	122
9.7. Referências.....	123

Marco Deluiggi

10. SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA E SUA CONFORMIDADE À ORDEM PÚBLICA MATERIAL	127
---	-----

10.1.A problemática.....	127
10.2.As correntes doutrinárias divergentes e a casuística internacional.....	128
10.2.1. A concepção minimalista de controle.....	128
10.2.2. A concepção maximalista de controle.....	133
10.3.A solução apropriada ao espírito da exceção de ordem pública material.....	136
10.3.1. Os problemas da concepção minimalista.....	136
10.3.2. A melhor postura a ser adotada pelo juiz estatal brasileiro.....	139
10.4.Referências.....	141

Pérsio Thomaz Ferreira Rosa

11. O RECONHECIMENTO DAS SENTENÇAS ESTRANGEIRAS, A ORDEM PÚBLICA E OS TERCEIROS: EM FOCO, A SENTENÇA ARBITRAL.....	145
11.1. Os terceiros e o contrato: breves comentários.....	145
11.2. Os terceiros e a arbitragem.....	151
11.3. A chamada “extensão da convenção de arbitragem”.....	152
11.4. Homologação de sentenças estrangeiras e os terceiros.....	154
11.5. O postulado da competência-competência.....	169
11.6. Considerações finais.....	172
11.7. Referências.....	172

Flavia Foz Mange

12. A PENDÊNCIA DE AÇÃO DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO COMO ESTRATÉGIA PARA OBSTAR O PROSSEGUIMENTO DA HOMOLOGAÇÃO DA SENTENÇA ESTRANGEIRA.....	175
12.1. Análise da jurisprudência sobre litispendência em sede de homologação de sentença arbitral.....	176
12.1.1. Ecom <i>vs.</i> Têxtil Pé de Serra.....	177
12.1.2. First Brand <i>vs.</i> STP.....	180
12.1.3. Mitsubishi <i>vs.</i> Evadin.....	181
12.1.4. GE Medical <i>vs.</i> Tecnimed.....	185
12.2. Reflexões sobre litispendência.....	191
12.2.1. Conceito e delimitações.....	192
12.2.2. Função e requisitos para exceção de litispendência.....	194
12.2.3. A exceção no caso de litispendência internacional.....	195

12.3.Litispendência em sede de homologação de sentença estrangeira ..	196
12.3.1. A homologação da sentença arbitral estrangeira	197
12.3.2. Existência dos requisitos para exceção de litispendência em sede de homologação.....	200
12.3.2.1. Identidade de partes.....	201
12.3.2.2. Identidade de causa de pedir.....	201
12.3.2.3. Identidade de pedido	201
12.3.2.4. Inexistência da tríplice identidade.....	202
12.3.3. Os requisitos para homologação de sentença arbitral estrangeira e a ofensa à soberania nacional	203
12.3.4. A inadmissibilidade da exceção de litispendência em sede de homologação.....	206
12.4.Considerações finais	207
12.5.Referências.....	207

Isabela Lacreta

13. DISPUTE BOARDS: O CARÁTER VINCULANTE DE SUAS DECISÕES	209
13.1.Introdução.....	209
13.2.Os <i>dispute boards</i>	211
13.2.1. Conceito	211
13.2.2. Histórico dos <i>dispute boards</i> e o envolvimento do Banco Mundial.....	213
13.2.3. O crescimento do <i>dispute boards</i>	215
13.2.4. Composição dos <i>dispute boards</i>	216
13.3.Os <i>dispute boards</i> como pré-requisito à arbitragem.....	218
13.4.As principais regulamentações internacionais e nacionais	221
13.5.O caráter vinculante das decisões dos <i>dispute boards</i>	224
13.6.Considerações finais	229
13.7.Referências.....	230

xix

Karin Hlavnicka Skitnevsky

14. O DIREITO DO TRABALHO E A ARBITRAGEM PARA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	233
14.1.Introdução.....	233
14.2.Arbitragem na área trabalhista	234

14.3.Posicionamento jurisprudencial.....	237
14.4.Considerações finais	241
14.5.Referências.....	241

Octávio Fragata Martins de Barros

15. OS LITÍGIOS SOCIAIS E A ARBITRAGEM.....	243
15.1.Introdução.....	243
15.2.Conflitos internos da sociedade	246
15.2.1. O alcance subjetivo da cláusula compromissória.....	246
15.2.2. Os acordos de acionistas	249
15.2.3. A resolução da sociedade em relação ao sócio.....	250
15.3.Conflitos externos da sociedade.....	252
15.3.1. A desconsideração da personalidade jurídica.....	253
15.3.2. A capacidade do agente e a necessidade de poderes especiais para firmar cláusula compromissória	260
15.4.Considerações finais	262
15.5.Referências.....	263

xx

Napoleão Casado Filho

16. DISPUTA SOCIETÁRIA E CLÁUSULA ESCALONADA: ANÁLISE DE CASO CONCRETO	267
16.1.A consulta.....	267
16.2.O parecer	269
16.2.1. Do dever de lealdade	271
16.2.2. Da ausência dos elementos essenciais a um negócio jurídico ...	272
16.2.3. Da inexistência de vontade livremente manifestada	272
16.2.4. Do dever de boa fé	273
16.2.5. Do <i>venire contra factum proprium</i>	276
16.2.6. Do dolo.....	277
16.2.7. Da invalidade do negócio jurídico	278
16.2.8. Da declaração da invalidade do negócio jurídico: cláusula escalonada	278
16.3.Respostas à consulta.....	280
16.4.Referências.....	281

17. CONTRATOS TRANSNACIONAIS E O FUNDAMENTO DA ARBITRAGEM COMERCIAL INTERNACIONAL: UM ENFOQUE DIDÁTICO	283
17.1.O nascimento do comércio e das regras comerciais	283
17.2.Evolução do comércio medieval e a <i>lex mercatoria</i>	284
17.3.Os contratos internacionais e conflitos de lei no espaço	285
17.4.A nova <i>lex mercatoria</i>	287
17.5.A arbitragem comercial internacional.....	289
17.5.1. Os sistemas estatais e a solução de conflitos com elemento estrangeiro	289
17.5.2. A arbitragem comercial internacional	290
17.5.2.1. Características e aplicação prática	291
17.5.2.2. A arbitragem e os ordenamentos nacionais.....	292
17.6.Considerações finais	294
17.7.Referências.....	295